

Muito obrigada por esta oportunidade de mais uma vez poder falar em nome do Fundo das Nações Unidas para a População, de apresentar o Relatório de 2008 e dos compromissos que nos unem na Casa que simboliza a Democracia.

O UNFPA existe porque cada pessoa conta. E PORQUE CADA PESSOA CONTA, AS MULHERES E AS CRIANÇAS VÊM INEVITAVELMENTE EM PRIMEIRO LUGAR.

É por elas que aqui estamos e é por esta causa que agradeço desde já as intervenções anteriores que lembraram a necessidade de olhar mais criteriosamente o cumprimento dos ODM, sobretudo o 5º ODM .

E foi por este ODM que em Julho passado estive na Guiné-Bissau para participar no lançamento do Projecto **Redução da Mortalidade Materna e Neonatal** nas zonas de Gabú e Oíó uma iniciativa UNFPA em parceria com Ministério da Saúde da Guiné-Bissau e com o decisivo apoio da RTP e do IPAD.

Em 2006 a RTP fez uma maratona de solidariedade no Programa Dança Comigo Por uma Boa Causa onde 50% das verbas angariadas em telefonemas e donativos reverteu para o UNFPA. No momento da entrega do cheque simbólico à Directora Executiva Toraya Obaid no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Secretario de Estado Dr. João Gomes Cravinho comprometeu-se em garantir igual valor para o país que fosse identificado. E cumpriu!

Não houve dúvidas: Guiné-Bissau. A situação social de pós-conflito; a elevada taxa de mortalidade e morbidade materno-infantil; a escassez de serviços e cuidados de saúde materna; de recursos de planeamento familiar; o número crescente de situações a requererem cuidados obstétricos de emergência; a mutilação genital feminina; o VIH/SIDA... enfim...um território onde nos entendemos quando falamos de laços sócio-culturais e afectivos mas onde tudo falta. E eu vi. Mais do que em qualquer outro país em desenvolvimento onde tenha estado. Vi a dignidade intacta de médicos a trabalharem no século passado, à luz da vela a fazerem intervenções. Mulheres que engolem a dor porque não sabem que é permitido chorar. Vi a morte insistente mas tão facilmente evitável de bebés e mães. E filmei. Como compromisso para todos os que ajudaram porque eu e os técnicos que estão no terreno sabemos que a verba entregue vai fazer realmente a diferença: irão usufruir duas maternidades e 31 centros de saúde.

Como saberão tenho que prestar contas do meu trabalho. E esta é uma oportunidade que não posso descurar. Deixem então que vos diga o que encontrei:

Do ponto vista técnico e político parece que muito está feito o que significa um leque alargado de oportunidades, senão vejamos entre 2005 e 2008 **nas temáticas da Saúde Reprodutiva, Género, Juventude e Educação:**

- Roteiro para a Redução da Mortalidade Materna e Neo-Natal
- Plano de Acção para a Juventude 2008-2010
- Programa conjunto para o abandono da MGF, Rumo a uma Mudança Social,
- Programas e Produtos de Educação para a vida familiar e População
- “Lei de Prevenção, tratamento e Controle do VIH/SIDA”
- Proposta de Lei sobre “Saúde Reprodutiva”

- **Profissionalismo, saber e competências de monitorização** de várias equipas e profissionais, nomeadamente do UNFPA
- Trabalho feito com a juventude com contactos nacionais e internacionais, e frequentes viagens ao exterior
- Disponibilidade e Vontade de mais e melhor fazer para construir o país

No entanto as DIFICULDADE MAIORES são decisivas para o futuro:

- Deficiente ou inexistente abastecimento de energia eléctrica e água a serviços de saúde, incluindo hospitais, centros de saúde e escolas.
- Longos períodos sem pagamento de salários aos funcionários públicos, incluindo pessoal clínico, enfermagem, docentes e seguranças.
- Escassez de recursos para manutenção de equipamentos: opção por geradores eléctricos movidos a gasóleo, no entanto há inúmeras dificuldades para garantir o orçamento para o combustível e reparações.
- Ausência de programas com recursos para formação continua de profissionais de saúde e educação - Dificuldade de espaços, orientadores e recursos pedagógicos adequados para estágios profissionais.
- Escassos recursos para a formação inicial, incluindo livros e material escolar para os vários níveis de ensino.
- Pouco espaço e oportunidades para divulgação interna de Boas práticas desenvolvidas por profissionais Guineenses.
- Dificuldade de generalização de boas práticas por impedimentos, incluindo, administrativos.
- Dispersão de contactos e recursos – experiências e actividades isoladas, sem perspectiva de generalização.

Com tudo isto sinto que há dois elementos essenciais de cultura universal que falta promover nesta ligação em prol dos Direitos Humanos:

- Idioma comum
- Objectivos de Desenvolvimento Milénio que são hoje basilares nas Estratégias de Cooperação Internacional, incluindo Portugal e a Guiné-Bissau.

Vou voltar no próximo ano, para acompanhar a continuação das obras e espero que para além dos programas para a RTP sobre o trabalho realizado, possa reforçar com números mais positivos o contributo desta minha e nossa causa.

“As estratégias para o desenvolvimento atentas às referências culturais podem reduzir práticas que esmagam a dignidade de mulheres e crianças, e podem também desempenhar um papel central na promoção dos seus Direitos Humanos, incluindo a igualdade de género e o empoderamento das mulheres”, esta é uma mensagem que vem no *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008*, do Fundo das Nações Unidas para a População.

O relatório *deste ano tem o título: Construindo Consenso: Cultura, Género e Direitos Humanos*. Trata-se de um grito de urgência e um repto de responsabilidade. Quando se fala dos cenários culturais enquanto elementos essenciais ao desenvolvimento bem sucedido dos países pobres, significa que não temos mais tempo para a mudança de mentalidades: Os consensos estão todos

assinados, os compromissos assumidos, falta efectuar a decisão de colocar as pessoas no centro da decisão e afectar verbas e recursos para os Direitos Humanos de Todos e de cada Um.

A Cultura de que falamos é o tecido organizacional natural, dinâmico e mutável das populações, das comunidades com os respectivos obstáculos para a cidadania e igualdade de oportunidades. É um referencial sem ministério ou secretária de estado, que tem em todos e em cada um dos responsáveis nacionais e internacionais, guardiões ou executores.

Se a cultura é multi-vectorial e está presente em cada um dos nossos gestos, percepções e acções porque não fazer dela uma arma efectiva de Direitos Humanos e não de Geo-estratégia ou Conflitos sangrentos?

Este consenso é hoje assumido como um agente de modernidade e responsabilidade de bem-fazer o certo. E o certo é ver a cultura como facilitadora de mudança positiva para as pessoas, e neste caso para as mulheres e crianças e não como um obstáculo à intervenção técnica e política, como acontece por exemplo no caso dos cuidados de saúde reprodutiva e planeamento familiar, ou na prevenção da Mutilação Genital Feminina.

Esta edição do relatório UNFPA, que coincide com o 60º. Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, está baseada na validade universal e internacional dos direitos humanos. Os direitos humanos expressam valores comuns inter-trans-multi-culturais e protegem tanto grupos como pessoas individualmente. O relatório reclama as políticas e opções de desenvolvimento como fundamentais à promoção dos direitos humanos, em geral, e das mulheres, em particular.

A visão cultural implica familiaridade e saber: saber conhecer, saber estar, saber fazer e saber ser. E é esta visão de consenso e saber que permite a criação de estratégias para acabar com a barbárie de 1 morte por minuto por ausência de cuidado de saúde reprodutiva.

Peço desculpa mas é um número que não podemos esquecer quando estamos perante responsáveis, políticos, jornalistas, jovens, agentes de mudança e cultura.

E deixem que termine, citando a Directora Executiva do UNFPA, “As abordagens sensíveis às diferenças culturais são essenciais para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, inclusive o Objetivo 5, de melhorar a saúde materna. “Ser saudável durante todo o ciclo de vida – antes, durante e depois da gestação -- é um direito humano”.

É por tudo isto que deixo um apelo claro para que Portugal, através da Assembleia da República e dos compromissos de Estado, reforce o contributo efectivo para a boa concretização do ODM 5....é sempre o futuro que está em causa. O futuro dos Direitos Humanos. Obrigada

Catarina Furtado,  
Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA  
Assembleia da República, 12 de Novembro de 2008